

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Lend Instituição de Pagamento Ltda.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **44.154.779/0001-75**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **semestre** e **exercício** findos em **31 de dezembro de 2024**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Lend Sociedade de Crédito Direto S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

**CARLOS HENRIQUE
DEJAVITE ARAÚJO**
Diretor de Contabilidade

**IGNIS CONTABIL LTDA
NIVIA MARIA GONÇALVES**
Contadora 1SP 215.294/O-3

LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Lend Instituição de pagamento Ltda.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

O **prejuízo** do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de **R\$ 513 mil**.

Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.606/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a **Lend Instituição de Pagamento Ltda.** mantém uma estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

Em 31 de dezembro de 2024, os limites operacionais da **Instituição**, apresentaram níveis menores e insuficientes, não sendo compatíveis com a natureza de suas operações.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores – Diretores e Quotistas da
LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.** (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “Instituição”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Incerteza relacionada com a continuidade operacional e desenquadramento operacional

Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, a Sociedade apresentou o patrimônio líquido de **R\$ 380 mil**, estando assim em situação de desenquadramento dos requerimentos mínimos de patrimônio, exigido pelo Banco Central do Brasil, conseqüentemente incorrendo na necessidade de aportes de capital por parte de seus cotistas controladores para suprir as necessidades imediatas de caixa e enquadramento aos limites exigidos. O reenquadramento aos limites de capital e patrimônio compatíveis, além de aporte de capital, dependerão ainda na continuidade de geração de resultados positivos para os próximos períodos, necessários para continuidade das atividades sob normas em

vigor. Considerando a posição patrimonial apresentada no semestre, faz-se necessária a adoção de medidas por partes dos sócios cotistas e administradores, com vistas ao reequilíbrio financeiro, aumento do patrimônio líquido, ao reenquadramento as regras do Banco Central do Brasil e reverter o risco de continuidade de suas atividades. Nossa opinião não está relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da “Instituição” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ‘as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Instituição” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Instituição” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da “Instituição” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Instituição”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Instituição”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Instituição” a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

ALCINDO
TAKACHI
ITIKAWA:5300513
9891

Assinado de forma digital
por ALCINDO TAKACHI
ITIKAWA:53005139891
Dados: 2025.03.27
13:25:26 -03'00'

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ (MF): 44.154.779/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		697	1.202
DISPONIBILIDADES		1	1
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		-	26
Títulos e valores mobiliários	4	-	26
OUTROS ATIVOS	5	696	1.175
Outros créditos - Diversos		696	1.175
NÃO CIRCULANTE		374	523
IMOBILIZADO DE USO	6	275	391
Outras imobilizações de uso		436	472
(Depreciações acumuladas)		(161)	(81)
INTANGÍVEL	7	99	132
Ativos Intangíveis		165	165
(Amortização acumulada)		(66)	(33)
TOTAL DO ATIVO		1.071	1.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ (MF): 44.154.779/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		691	537
OUTROS PASSIVOS		691	537
Fiscais e previdenciárias		-	1
Diversas		691	536
NÃO CIRCULANTE		-	295
PROVISÕES		-	295
Diversas - Passivos contingentes		-	295
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		380	893
Capital:	9.a	29.972	29.972
De Domiciliados no país		29.972	29.972
(Prejuízos acumulados)		(29.592)	(29.079)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.071	1.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ (MF): 44.154.779/0001-75

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1	9	279
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1	9	279
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1	9	279
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	(516)	(522)	(13.817)
Despesas de pessoal	(16)	(26)	(9.656)
Outras despesas administrativas	(516)	(830)	(4.001)
Despesas tributárias	(13)	(19)	(61)
Resultado de participação em coligadas e controladas	-	-	(100)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais	-	295	(295)
Outras receitas operacionais	29	58	296
Outras despesas operacionais	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	(515)	(513)	(13.538)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(515)	(513)	(13.538)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(515)	(513)	(13.538)
Nº de cotas.....:	29.971.900	29.971.900	29.971.900
Lucro/(Prejuízo) por cotaR\$	(0,017)	(0,017)	(0,833)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ (MF): 44.154.779/0001-75

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(515)	(513)	(13.538)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(515)	(513)	(13.538)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ (MF): 44.154.779/0001-75

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 valores em R\$ 1.000

Semestre de 01/07/24 a 31/12/24

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	29.972	(29.077)	895
prejuízo do semestre	-	(515)	(515)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	29.972	(29.592)	380
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(515)	(515)

Exercício de 01/01/24 a 31/12/24

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	29.972	(29.079)	893
Prejuízo do exercício	-	(513)	(513)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	29.972	(29.592)	380
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	(513)	(513)

Exercício de 01/01/23 a 31/12/23

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	27.837	(15.541)	12.296
Aumento de capital	2.135	-	2.135
Prejuízo do exercício	-	(13.538)	(13.538)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	29.972	(29.079)	893
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.135	(13.538)	(11.403)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ (MF): 44.154.779/0001-75

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(515)	(513)	(13.538)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	60	149	101
Resultado de participações em coligadas/controladas	-	-	100
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	-	(295)	295
	<u>(455)</u>	<u>(659)</u>	<u>(13.042)</u>
Varição de Ativos e Obrigações			
	455	659	11.308
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	203	26	13.886
(Aumento) redução de outros ativos	(2)	481	(324)
Aumento (redução) em outros passivos	255	154	(2.138)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1)	(2)	(116)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.734)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Imobilizado de uso	-	-	93
Inversões em:			
Investimentos	-	-	(100)
Imobilizado de uso	-	-	(229)
Inversões líquidas no intangível	-	-	(165)
Dividendos recebidos de coligadas/controladas			
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(401)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	-	-	2.135
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.135</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	1	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Lend Tecnologia Ltda. (“Tecnologia”) foi constituída em 03 de novembro de 2021 na forma de Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 44.154.779/001-75, com prazo de duração indeterminado, situada no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Rua Dep. Lacerda Franco nº 300, Conj. 36 parte B, Pinheiros, CEP: 05.418-000.

Conforme 1ª. Alteração do Contrato Social de Constituição ingressou a LEND TECHNOLOGY LLC; e conforme 2ª. Alteração do Contrato Social a Sócia LEND TECHNOLOGY LLC subscreveu e integralizou um aumento do capital em 27.835.900 quotas equivalentes a R\$ 27.836.900,00.

Conforme 3ª. Alteração do Contrato Social de 23 de junho de 2022 resolvem alterar e consolidar o Contrato Social mediante os seguintes termos e condições: A Lend Technology LLC com expresse consentimento dos sócios, contribuir a totalidade de sua participação societária na Sociedade para a integralização do capital social da LEND DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. e neste ato transfere 27.836.896 quotas, no valor de R\$ 27.836.896,00 para a LEND PARTICIPAÇÕES LTDA., que ora ingressa na sociedade, e a LEND TECHNOLOGY LLC retira-se da sociedade. No item 2, do Contrato Social, os sócios aprovam a alteração da denominação social da LEND TECNOLOGIA LTDA, para **LEND INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.**, alterando o objeto social para:

Tem por objetivo social a atividade principal a prestação do serviço de iniciação de transações de pagamento, sem gerenciar contas de pagamento e sem deter em momento algum os fundos transferidos na prestação do serviço nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil; e as atividades secundárias são tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; prestação de serviços de informação; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; exceto imobiliários, atividades de cobranças extrajudiciais e informações cadastrais; atividades auxiliares de serviços financeiros; correspondentes de instituições financeiras; serviços de preparação de documentos e apoio administrativo; serviços de corretagem de seguros diversos; consultoria em tecnologia da informação; consultoria em gestão empresarial; exceto consultoria técnica específica e portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

Em 13 de setembro de 2023, a Lend Instituição de Pagamento Ltda. (“Instituição”) obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamentos. Em decorrência da autorização, a Instituição passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo BACEN.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na Resolução nº 2 do BACEN alterada pela Resolução nº 367, de 29 de agosto de 2024.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Instituição, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

b) Elaboração das demonstrações financeiras

A elaboração destas informações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Instituição em 31 de janeiro de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

A Administração avaliou a capacidade da Instituição em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Instituição foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3.1. Disponibilidades

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa e depósitos bancários à vista.

3.2. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- i) Títulos para negociação;
- ii) Títulos disponíveis para venda;
- iii) Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

Em 31 de dezembro de 2024, a Instituição não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas no item (iii) e (ii) também não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo.

Valor justo e categoria dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários da Instituição contabilizados em 31 de dezembro de 2024 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança.

A Instituição não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Instituição baseia-se em informações disponíveis no mercado.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

3.3. Imobilizado de uso e intangível

- **Imobilizado de uso:** são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 10% a.a. para os equipamentos de comunicação e móveis e equipamentos;
- **Intangível:** são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo utilizada a taxa de 20% a.a.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na BCB N°319/2022 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes: não são registrados nas demonstrações financeiras, salvo na presença de evidências que garantam sua realização, desde que não haja mais recursos a serem acionados;
- Depósitos judiciais são mantidos como ativos e não são deduzidos das provisões para passivos contingentes, seguindo as diretrizes normativas do BACEN;
- Passivos contingentes são de natureza incerta e dependem de eventos futuros para determinar se haverá saída de recursos. Conseqüentemente, não são provisionados. Se classificados como possíveis perdas, são divulgados, e se enquadrados como perdas remotas, não precisam ser nem provisionados nem divulgados; e
- Provisões: são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9%. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os utilizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado, tanto o imposto de renda quanto a contribuição social diferida.

Os ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

3.7. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.8. Uso de estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justos dos ativos e passivos financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

3.9. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os títulos e valores mobiliários estão compostos da seguinte forma:

Papel	31/12/2024				31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de Custo	Valor de mercado
Carteira Própria						
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	26
Total	-	-	-	-	-	26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Outros ativos

Os saldos de outros créditos diversos estão compostos abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos	-	12
Impostos e contribuições a compensar	634	592
Valores a receber de sociedades ligadas	2	536
Devedores diversos	60	35
Total	696	1.175

6. Imobilizado de uso

	Taxa depreciação	31/12/2024			
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Imobilizações em andamento		-	-	-	-
Moveis e equipamentos	10%	368	(130)	238	340
Equipamento de comunicação	10%	68	(31)	37	51
Total		436	(161)	275	391

7. Intangível

	Taxa amortização	31/12/2024			
		Custo	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Software					
Sistema de processamento de dados	20%	165	(66)	99	132
Total		165	(66)	99	132

8. Contingências

No exercício em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Instituição não possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária classificados com risco de perda possível e/ou provável.

9. Patrimônio líquido

O capital social é de R\$ 29.972 (R\$ 29.972 em 31 de dezembro de 2023) representado por 29.971.900 (29.972.000 em 31 de dezembro de 2023) cotas, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receita de intermediação financeira

	2ºSem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos com rendas fixas	-	-	-
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	1	9	286
Prejuízo com Títulos de rendas variáveis	-	-	(7)
Total	1	9	279

11. Despesas com pessoal

	2ºSem/24	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios	(3)	(4)	(771)
Encargos sociais	(4)	(4)	(2.169)
Proventos	(9)	(18)	(6.542)
Treinamento	-	-	(174)
Total	(16)	(26)	(9.656)

12. Outras despesas administrativas

	2ºSem/24	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis	-	-	(455)
Comunicações	(3)	(5)	(22)
Processamento de dados	(386)	(564)	(1.236)
Serviços do sistema financeiro	-	(2)	(5)
Serviços de terceiros	-	-	(14)
Serviços técnico especializados	(67)	(110)	(1.743)
Despesas com amortização/depreciação	(60)	(149)	(101)
Outras despesas administrativas	-	-	(425)
Total	(516)	(830)	(4.001)

13. Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas estão compostos abaixo:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber sociedades ligadas		
Lend SCD	2	503
Lend do Brasil Participações	-	33
Lend Companhia Securitizadora	-	1
Total	2	531
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Valores a pagar sociedades ligadas		
Lend Gestão de Garantia	(354)	(510)
Lend do Brasil Participações	(262)	-
Lend Cia Securitizadora	(16)	-
Total	(632)	(510)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Gestão de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Lend IP é projetada de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 198/2022 do Banco Central do Brasil, garantindo sua compatibilidade com nosso modelo de negócio, a natureza de nossas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

A fim de assegurar a eficácia de sua estrutura, implementa políticas, estratégias, rotinas, procedimentos documentados relacionados a identificação, classificação e tratamento dos riscos, além do monitoramento contínuo dos níveis de capital e o gerenciamento dos riscos operacionais, legais, de crédito e liquidez.

14.1. Risco Operacional

Risco Operacional é o risco de perda resultante de eventos externos ou internos, tais como, deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas, exposição de eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional.

Conforme estabelece a Resolução BCB nº 198/2022, informamos que a Instituição dispõe de estrutura de gerenciamento de risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados a suas atividades.

14.2. Risco de crédito

Risco de crédito é de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

14.3. Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da empresa. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Instituição está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua Carteira, conforme determina a Resolução nº 198/2022 do Banco Central do Brasil.

14.4. Gestão de Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou ainda, não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A gestão do risco de liquidez considera a manutenção adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e passivos financeiros.

14.5. Estrutura de governança de riscos

Visando o atendimento à Resolução nº 198/2022 do Banco Central do Brasil, a instituição, adotou uma política de gerenciamento integrada de riscos e capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a mitigação de riscos e a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

15. Outros assuntos

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO 4.966 e BCB 352

A administração, após a avaliação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, entende que não haverá impactos nas suas respectivas demonstrações financeiras e não haverá necessidade de investimento em tecnologia/pessoal, considerando que a Instituição não possui saldos de aplicações e investimentos. No que tange a Resolução sobre contabilidade de hedge não são aplicáveis à Lend IP, bem como que suas inovações não trarão impactos na estrutura atual da Instituição ou na prevista para os próximos 05 anos, ou seja, não ensejam a criação ou a implementação de quaisquer medidas adicionais.

15. Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente após o encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 que devessem ser divulgados.

DIRETORIA

IGNIS CONTÁBIL LTDA.
NIVIA MARIA GONÇALVES
CRC - 1SP 215294/O-3

* * *